

JULIANA CORDEIRO DA SILVA

**A INFLUÊNCIA DA ECONOMIA CAFEEIRA NA
INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO DE 1880
ATÉ 1930: O CASO DE SÃO PAULO**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas, Departamento
de Economia, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.**

**Orientador: Profº Dr. Armando Dalla
Costa**

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA CORDEIRO DA SILVA

A INFLUÊNCIA DA ECONOMIA CAFEIEIRA NA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO DE 1880 ATÉ 1930: O CASO DE SÃO PAULO.

Monografia aprovada como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos seguintes professores:

Orientador: 
Prof.º Dr. Armando Dalla Costa
Departamento de Ciências Econômicas


Prof.º Dr. Demian Castro
Departamento de Ciências Econômicas


Prof.ª Adriana Sbicca Fernandes
Departamento de Ciências Econômicas

Curitiba

2005

Este trabalho é dedicado a meu noivo
Marcos Franke de Macedo, aos meus pais
Xavier Cordeiro da Silva Junior e Ruth
Braga Cordeiro da Silva e aos meus
irmãos.

Agradeço ao meu orientador Prof.^o Dr. Armando Dalla Costa pela ajuda e acompanhamento no período na elaboração desse trabalho. Ao Prof.^o Dr. Demian Castro que esteve sempre disposto a responder a questões que surgiram ao longo de minha pesquisa, e também por aceitar o meu convite para compor a minha banca de defesa. A Prof.^a Adriana Sbicca Fernandes que me forneceu os primeiros alicerces para a elaboração de trabalhos científicos, e também por aceitar o meu convite para compor a minha banca de defesa.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	v
RESUMO.....	vi
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA CAFEEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA.....	2
3 OS PRINCIPAIS SETORES DO COMPLEXO CAFEEIRO E SUA IMPORTÂNCIA NO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	6
3.1 O DESENVOLVIMENTO DAS FERROVIAS.....	6
3.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO.....	9
3.3 A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA.....	13
4 A SUBORDINAÇÃO DA INDÚSTRIA AO CAPITAL CAFEEIRO.....	16
5 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ATÉ 1930.....	20
5.1 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.....	21
6 CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ.....	3
TABELA 2 - PRINCIPAIS FERROVIAS PAULISTAS - 1867 -1930.....	8
TABELA 3 - IMIGRAÇÃO.....	10
TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA FORÇA DE TRABALHO DOS SETORES INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS NO BRASIL, DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO - 1920.....	12
TABELA 5 - EXPANSÃO DE PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1000 TONELADAS)	15
TABELA 6 - VALOR DA PRODUÇÃO POR RAMOS % DA INDÚSTRIA, 1920..	21
TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	22
TABELA 8 - ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907-1928.....	23

RESUMO

Até 1930, a economia brasileira, predominantemente primário-exportadora, dependia do desempenho externo na comercialização de bens primários. Durante a Primeira República o produto que representou a base da produção nacional foi o café, sendo o responsável por em média 70% do total das exportações brasileiras. A expansão da lavoura cafeeira demandou novas atividades econômicas que ao se desenvolverem deram início ao chamado complexo cafeeiro. O desenvolvimento de novas atividades financiadas pela renda gerada com a comercialização de café foi de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria nacional. Durante a República Velha, a indústria que se desenvolve no Brasil é basicamente de bens de consumo não duráveis. O Estado de São Paulo, maior produtor nacional de café, beneficia-se do volume de capital gerado pela sua comercialização e através da intensificação de atividades como a diversificação agrícola, a ampliação do seu sistema ferroviário e a implementação do trabalho assalariado consegue em 1920 se consolidar como o maior estado industrial brasileiro. As raízes da hegemonia Paulista encontram-se no maior dinamismo apresentado pela lavoura cafeeira neste Estado.

1 INTRODUÇÃO

Durante a República Velha, 1889 à 1929, o café representou a base da economia no Brasil, sendo o principal produto de exportação e movimentando praticamente todos os demais setores da economia nacional.

A acumulação de capital ocorrida dentro do complexo exportador cafeeiro foi de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria nacional, estimulando investimentos em setores de infra-estrutura básica para o próprio escoamento da produção, e também disponibilizando recursos para serem investidos fora do complexo cafeeiro.

A mão-de-obra imigrante destinada ao trabalho em cafezais, instalada principalmente no Estado de São Paulo, criou mercado interno consumidor para os produtos industriais e ao mesmo tempo disponibilizou mão-de-obra para o setor industrial.

O desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil possibilitou a acumulação de capital necessária para o investimento no setor industrial, os próprios cafeicultores muitas vezes se tornaram industriais, primeiramente de setores diretamente ligados à produção de café e posteriormente diversificando seus investimentos.

O Estado de São Paulo, onde se concentrou a maior parte dos investimentos industriais no período, foi também o Estado onde o café gerou mais riqueza e condições para o desenvolvimento industrial.

A presente monografia pretende apresentar as principais relações entre café e indústria no período de 1880 a 1930, enfocando as principais relações entre a acumulação no setor primário-exportador e investimento industrial. Será dado um enfoque especial ao Estado de São Paulo buscando as possíveis relações entre o desenvolvimento da cultura de café neste Estado e sua concentração industrial.

2 A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA CAFEEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA

A economia Brasileira até 1930 pode ser caracterizada como uma economia primário-exportadora voltada para fora e tomadora de preços, ou seja, as atividades econômicas eram concentradas na produção de bens primários voltada para o mercado externo. Toda a dinâmica interna da economia dependia do desempenho nacional no mercado externo, das exportações de produtos primários e da renda por eles gerada.

Entre os principais produtos de exportação, destacam-se, a borracha produzida na região da Amazônia; o açúcar e o algodão produzidos nas regiões Norte e Nordeste; mate e couro na região sul; e principalmente o café produzido inicialmente nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais passando ao longo do período a ser produzido mais intensamente no Estado de São Paulo.

Segundo PRADO (1982, p.156) a expansão da lavoura cafeeira trouxe riqueza e progresso ao Brasil. O café foi o principal responsável pela acumulação de capitais no período, diversificação das atividades econômicas internas e modernização da economia nacional.

Através da expansão da fronteira do café se desenvolvem novas atividades no Brasil, inclusive a burguesia comercial brasileira se desenvolve mais intensamente nesta região seguindo os caminhos traçados pelas fazendas de café. (SILVA, 1980, p.40).

Durante a República Velha, quando o Brasil já ocupava a posição de maior produtor mundial e o Estado de São Paulo sendo o maior produtor interno, o Brasil manteve uma média decenal de 11.350.000 sacas exportadas o que gerou uma renda média de 33.985.000 libras. O café durante o período de 1889-1929 foi responsável por em média 60% das exportações nacionais. (LIMA, COSTA, LUNA, 19-- , p. 55-57).

O Estado de São Paulo consolidou-se como o maior produtor de café, durante o período de 1911 a 1920. A produção Paulista representou entre 70 e 75% da produção nacional de café. (CANO, 1977, p.46).

TABELA 1 - EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ

Período	Y * ¹	X ²	% ³
1889-1899	18912,91	6939,18	65,49
1900-1909	24441,90	13003,00	53,14
1910-1919	36484,20	11870,20	52,07
1920-1929	56103,50	13576,90	67,23

FONTE: LIMA, COSTA, LIMA, Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil, Vol. 1, 19--, p. 55-57.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Y* Renda gerada pelas exportações em 1000 libras esterlinas.

(2) X Quantidade exportada em 1000 sacas.

(3) % Porcentagem no total das exportações nacionais.

A tabela acima mostra a evolução da cultura cafeeira ao longo da Primeira República, a renda por ela gerada, sua quantidade exportada e também sua importância na pauta de exportações brasileiras. Verificamos nos dados acima que durante todo o período o café foi o responsável por mais da metade do total das exportações brasileiras, chegando ao final do período a quase 70% das exportações nacionais.

“O café projetou São Paulo na esfera nacional. Foi o café o sustentáculo de nossa economia, o ninho de influências políticas e, apesar de ser o embrião de crises periódicas que desnortearam a nação, foi também, e principalmente, suficientemente dinâmico para assumir o papel gerador de novas atividades econômicas” (PESSAMILIO, 1978, p.35).

O café, como atividade nuclear, gerou em sua volta diversas atividades econômicas necessárias a sua expansão e consolidação, e também como alternativas de investimentos dos capitais acumulados com sua produção. Estas atividades deram origem ao chamado complexo cafeeiro.

Segundo a definição de CANO (1977, p.12) o complexo cafeeiro foi formado por diversas atividades em torno da produção de café. Dentre as principais destacam-se a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas necessária à manutenção da mão-de-obra; o desenvolvimento da rede ferroviária, necessário ao escoamento da produção; à expansão do sistema bancário; atividades de comércio para exportação e importação; o desenvolvimento de infra-estrutura necessária a expansão da produção, como portos, armazéns, transportes e comunicações; e o desenvolvimento industrial primeiramente ligado a bens necessários à expansão da cultura cafeeira como sacarias e máquinas de beneficiamento e ao longo do período com o desenvolvimento das indústrias necessárias a produção de bens para atender às novas demandas da economia interna.

O complexo cafeeiro foi um conjunto de atividades que se desenvolveram simultaneamente, dependendo da evolução da lavoura. O desenvolvimento das diferentes atividades que o compõem foi fundamental para dar continuidade ao processo de acumulação de capital e criar as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria do Brasil. A industrialização, até 1930, ocorreu apoiada no dinamismo e prosperidade da cultura cafeeira.

A implantação do trabalho assalariado foi de fundamental importância para a expansão da produção após a proibição do tráfico de escravos em 1815 e, principalmente após a abolição da escravatura, em 1888. A imigração européia foi promovida para resolver o problema da mão-de-obra na lavoura cafeeira, executando papel fundamental no desenvolvimento da economia nacional, proporcionando o alargamento do mercado de trabalho interno e demanda por novas atividades.

A expansão do mercado e das atividades econômicas derivou da expansão do capital cafeeiro e sua divisão em diferentes modalidades, urbana, industrial, rural e financeira. (TAVARES, 1986, p.97).

A produção de café é, simultaneamente, demanda por terra, meios de produção e força de trabalho, pelo lado da acumulação e pelo lado do gasto corrente, demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista. (MELLO, 1982. p.105).

Sendo assim, a produção cafeeira movimentava diversos setores da economia nacional. Sua expansão é responsável pelo desenvolvimento econômico ocorrido até o final da Primeira República, ou seja, até o final da década de 20.

“O café era a base do crescimento industrial nacional, primeiro que tudo, porque proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial – a economia monetária.” (DEAN, 1971, p. 10)

O Estado de São Paulo consolidou-se como principal produtor de café e posteriormente como o maior Estado industrial brasileiro. O maior desenvolvimento industrial em São Paulo ocorreu, em grande parte, devido ao dinamismo apresentado pela lavoura cafeeira neste Estado, o que gerou um conjunto de atividades que se desenvolveram simultaneamente dando alicerces para as indústrias nascentes.

“Em São Paulo, esta atividade foi, sem qualquer dúvida superior a qualquer outra do país, quer em termos de sua própria dimensão absoluta, quer em termos de sua capacidade geradora de dinâmico processo de acumulação, quer em termos de expansão do mercado interno”. (CANO, 1977, p. 47).

3 OS PRINCIPAIS SETORES DO COMPLEXO CAFEIEIRO E SUA IMPORTÂNCIA NO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Dentro do complexo cafeeiro algumas atividades apresentaram maior importância dentro da relação café-indústria. A evolução do sistema ferroviário, a implementação do trabalho assalariado e a diversificação agrícola merecem especial destaque.

3.1 O DESENVOLVIMENTO DAS FERROVIAS

O desenvolvimento das ferrovias nacionais, principalmente no Estado de São Paulo, foi estimulado pela lavoura cafeeira. Muitos investimentos realizados neste setor tiveram a sua origem nos capitais acumulados na atividade cafeeira.

Segundo SILVA (1980, p. 57) as companhias Sorocaba, Mogiana e Paulista construíram estradas para atender a todo o planalto paulista, ambas organizadas pelo capital cafeeiro. O que possibilitou o maior desenvolvimento da atividade cafeeira nesta região.

A expansão ferroviária foi um fator fundamental para o desenvolvimento da atividade cafeeira. Ao promover a redução nos custos de transporte, e viabilizar a produção em terras cada vez mais distantes dos canais de comercialização, as ferrovias representaram um dos principais fatores de acumulação de capital dentro do complexo cafeeiro. O transporte ferroviário reduziu em média 20% do preço da saca de café exportado, ou seja, a rede ferroviária reduziu os custos de produção no montante de 20% do valor de exportação. Sendo assim uma das principais fontes de ampliação de lucros. (CANO, 1977, p.34).

“As ferrovias desbravaram frentes pioneiras ampliando a oferta de terras para o café, criaram verdadeiras cidades em torno de suas estações, desenvolveram atividades urbanas como a indústria de transportes e o comércio. Tornaram-se, portanto excelente alternativa de investimento para os capitais sobrantes da lavoura cafeeira”. (NEGRI, 1996, p.34).

DEAN (1971, p.14), chega até mesmo a afirmar que a construção de estradas de ferro proveio, toda ela, do café. Os próprios fazendeiros muitas vezes tornaram-se os donos e muitas vezes também os patrocinadores das empresas ferroviárias. Os investimentos estrangeiros no setor ferroviário foram atraídos pela possibilidade de altos lucros com o frete do café.

Juntamente com o desenvolvimento da rede ferroviária outras atividades são viabilizadas, e tornam-se necessárias para dar continuidade ao processo de desenvolvimento da economia nacional. Oficinas de reparos e construção de peças e equipamentos, utilizados na expansão ferroviária, surgem como lucrativas alternativas de investimento para o capital acumulado na lavoura cafeeira.

O papel dinamizador das ferrovias foi extraordinário: aumentou o lucro dos produtores de café e também proporcionou altos lucros para as companhias ferroviárias. (NEGRI, 1996, p.34).

As ferrovias foram duplamente importantes para o desenvolvimento brasileiro até 1930. Elas tiveram papel fundamental na redução de custos para a cafeicultura, ampliando o processo de acumulação de capitais e proporcionando a criação de demanda para novas atividades econômicas, com especial destaque para a indústria de transportes. Sendo assim, as ferrovias se desenvolvem como uma excelente alternativa de investimento para os capitais nacional e estrangeiro.

A rede ferroviária paulista, em 1870 contava com apenas 139 quilômetros, ligando Santos à Jundiaí. Em 1890 já alcançava 2.425. Em 1920 6616 quilômetros, 7 mil

em 1928 e 7.540 em 1940. Assim 88% da rede ferroviária já estava implantada em 1920. (NEGRI, 1996, p.32).

Os dados acima demonstram que o auge no desenvolvimento das ferrovias no Estado de São Paulo, corresponde ao período de intensiva produção cafeeira. O que vem a confirmar que tal setor se desenvolve juntamente com a economia cafeeira neste Estado.

TABELA 2 - PRINCIPAIS FERROVIAS PAULISTAS – 1867 -1930

NOME	EXTENSÃO
Estrada de Ferro Sorocaba	2.074 km
Companhia Mogiana de Estradas de Ferro	1.954 km
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	1.539 km
Companhia Paulista de Estradas de Ferro	1.536 km
Estrada de Ferro Araraquara	379 km
São Paulo Railway	246 km

FONTE: DNIT , Ferrovias. Histórico

NOTA: Organizada pelo autor.

“Com o rápido crescimento da rede de estradas de ferro brasileira a partir de 1860, constitui-se uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da indústria”. (SILVA, 1980, p.112).

A urbanização de São Paulo se desenvolveu seguindo a trajetória traçada pela rede ferroviária. O seu maior desenvolvimento no sistema ferroviário ajudou a intensificar as diferenças entre este Estado e os demais Estados nacionais.

“As ferrovias requerem um grande aparato em termos de construção e reparos mecânicos, é fácil compreender a sua importância, nos primórdios de nossa industrialização, quando instalaram importantes oficinas de reparo, construção e montagem, promovendo inclusive, treinamento e habilitação da mão-de-obra.”(CANO, 1977, p.53)

As ferrovias foram importantes para o desenvolvimento da indústria de materiais de transporte, através do surgimento de oficinas para a reparação e construção de locomotivas, carros e vagões. A ferrovia foi um importante núcleo formador de mão-de-obra especializada.

“O maior empregador industrial em São Paulo em 1896 era a Companhia Paulista de estradas de ferro, de propriedade de fazendeiros.” (DEAN, 1971, p. 44)

Em 1928, as 12 oficinas retratadas pelas estatísticas industriais empregavam 1.759 operários representando 3,7% do total de trabalhadores na indústria. Algumas eram de grande e médio porte como as de Mairinque (581 operários), Sorocaba (561) e Dourado (115). (NEGRI, 1996, p. 35).

Além das ferrovias, com relação à formação da infra-estrutura nacional, o capital cafeeiro foi responsável pela ampliação de portos, armazéns, e da rede elétrica, tornando mais fácil e lucrativa a implantação da indústria nacional.

Segundo DEAN (1971, p.14) o Porto de Santos, hoje maior porto brasileiro, e as primeiras companhias elétricas foram também empreendimentos do café.

3.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO

Com a proibição do tráfico de escravos em 1815 e mais intensamente após a abolição da escravidão de 1888, a economia cafeeira inicialmente baseada no trabalho escravo teve que solucionar o problema de escassez de mão-de-obra para dar continuidade

ao seu processo de acumulação. A principal alternativa utilizada, primeiramente pelos próprios produtores, foi intensificação do processo de imigração européia.

“O trabalhador europeu foi a salvação dos principais centros cafeeiros, notadamente São Paulo. Nestas regiões era recrutado como assalariado, enriquecendo os quadros populacionais, graças a feliz iniciativa de poucos proprietários mais esclarecidos. São Paulo deu a nota diferente nessa cantilena de séculos”. (PESSAMILIO, 1978, p. 13).

No Estado de São Paulo o movimento imigratório foi mais intenso iniciando-se inclusive antes da decadência do trabalho escravo no restante da economia nacional.

TABELA 3 - IMIGRAÇÃO

Brasil		São Paulo			
Período	Total	Período	Espontâneos	Subsidiados	s/especificação
1891-1900	1.129.315	Até 1889	5.007	22.886	177.771
1901-1910	631.000	1889 -1894	27.394	292.886	
1911-1920	707.704	1895 -1899	111.678	303.618	
1921-1930	840.215	1900 -1904	93.629	87.253	
		1905 -1909	130.695	77.131	
		1910 -1914	226.690	148.617	
		1915 -1919	67.157	37.766	
		1920 -1924	182.922	67.846	
		1925 -1929	347.782	113.886	
		1930	39.644		
Total	3.308.234		1.232.868	1.151.389	177.771

FONTE: PESSAMILIO, H.M.R, O Café no Brasil, p.14, Rio de Janeiro, 1978.

Analisando os dados da tabela acima, verificamos que mais de 70% dos imigrantes que entraram no Brasil durante a Primeira República concentraram-se em São Paulo, o que facilitou o dinamismo da economia paulista e contribuiu positivamente para o desenvolvimento de seu mercado interno e sua industrialização.

A implantação do trabalho assalariado, basicamente trabalhadores imigrantes, além de resolver o problema da escassez de mão-de-obra na lavoura ainda liberou capitais

antes integralizados na forma de força de trabalho escravo. O trabalho assalariado trouxe aumento de produtividade para a agricultura de exportação.

“O resultante aumento de oferta de trabalho para atividades urbanas não teve apenas um efeito quantitativo. Os imigrantes tinham melhor nível médio de educação e qualificação profissional, em comparação com a mão-de-obra local. É possível também que boa parte deles tivesse experiência direta ou indireta com indústria.” (VERSIANI, 1996, p. 207)

O novo regime de trabalho implantado no Brasil pela expansão da economia cafeeira causou mudanças fundamentais na realidade nacional, sendo um dos principais marcos do desenvolvimento brasileiro durante o período da Primeira República, 1889 à 1930.

“A mão-de-obra assalariada constitui não apenas a base para a produção agrícola, mas também da estrutura social do País.” (VANGELISTA, 1991, p.42)

O surgimento de uma nova classe social, os trabalhadores assalariados, trouxe profundas mudanças na realidade nacional, o trabalho assalariado é ao mesmo tempo mão-de-obra para a produção e demanda por bens de consumo. Assim, a formação de um mercado de trabalho assalariado interno estimulou o desenvolvimento de indústrias nacionais de bens saláris.

A entrada de grande quantidade de imigrantes, primeiramente, para atender a demanda de trabalho na lavoura cafeeira, foi a responsável pelo fortalecimento do mercado interno nacional. Devido à abundância de mão-de-obra os salários se mantiveram a baixos níveis proporcionando o aumento dos lucros na lavoura e a viabilização da produção industrial.

A indústria nascente se beneficiou da demanda criada pelo trabalhador assalariado e também de sua força de trabalho para se desenvolver. As indústrias de bens de consumo se tornaram uma lucrativa alternativa de investimento na economia nacional.

“E nesse mercado de trabalho, formado pelos trabalhadores imigrantes, se abasteceram não somente os fazendeiros de café, mas também os primeiros industriais brasileiros.” (SILVA, 1980, p.44)

Segundo DELFIM (1979, p. 233), o nosso ritmo de industrialização se fez as custas de uma transferência de mão-de-obra do setor primário-exportador.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA FORÇA DE TRABALHO DOS SETORES INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS NO BRASIL. DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO – 1920

LOCAL	1	2	3	4	5	6
Dist. Federal	155.691	35,4	35,4	54,3	30,8	20,7
Cidade de São Paulo	100.821	51,5	52,3	62,5	19,0	35,4
Estado de São Paulo	421.703	39,8	23,2	52,4	10,9	18,1
Brasil	867.067	16,6	24,2	29,6	17,0	5,2

FONTE: GRAHAM, D. e HOLLANDA, B. – Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the Historical Record – 1872/1970, São Paulo, IPE-USP, p. 58. *Apud*: PESSAMILIO, 1978

(1) nº de estrangeiros empregados.

(2) nº de estrangeiros com % do total da força de trabalho industrial.

(3) nº de estrangeiros na força de trabalho industrial como % do total de estrangeiros.

(4) nº de estrangeiros em comércio e bancos como % da força de trabalho total em comércio e bancos.

(5) nº de empregados em comércio e bancos como % do total de estrangeiros.

(6) nº de estrangeiros como % total da população.

Através dos dados expostos acima vemos como a participação do trabalho estrangeiro foi importante no decorrer do desenvolvimento de diversas atividades. Mais uma vez o Estado de São Paulo, que ocupará uma posição hegemônica no Brasil, foi o Estado onde houve uma maior participação do trabalho estrangeiro.

Além do setor industrial, os setores comercial e bancário se beneficiaram da utilização desta nova força de trabalho.

“O fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX foi, sem lugar à dúvida o aumento da importância relativa do setor assalariado”. (FURTADO, 1977, p. 151).

Sendo assim, a implementação do mercado de trabalho assalariado no Brasil, estimulado inicialmente pela agricultura de exportação, cumpriu um papel fundamental para o desenvolvimento da economia nacional.

3.3 A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA

A diversificação agrícola, outro importante componente do complexo cafeeiro, se intensifica no Estado de São Paulo com a chegada dos trabalhadores imigrantes para atender a demanda da lavoura cafeeira. Nas próprias fazendas de café começam a se desenvolver pequenas lavouras voltadas à subsistência da força de trabalho.

No sistema conhecido como colonato, tipicamente encontrado nas fazendas paulistas, além dos salários os imigrantes recebiam permissão para desenvolver pequenas lavouras voltadas à sobrevivência de sua família e ao nascente comércio urbano. Assim culturas como arroz, milho, feijão, batata, entre outras, se desenvolvem no Estado paulista. (CANO, 1977, p. 61).

No início a diversificação da lavoura era dependente da atividade cafeeira, desenvolvendo-se através da utilização dos fatores excedentes da produção de café como a mão-de-obra e as terras intercaladas aos cafezais ou impróprias para esta cultura.

“O grande responsável pelo nascimento e consolidação da agricultura comercial de alimentos foi, indiscutivelmente, o Estado de São Paulo.” (AURELIANO, 1981, p. 24)

Após 1900, com a intensificação da urbanização paulista, a agricultura diversificada cresce dinamicamente na região. Em 1905 aumenta-se o protecionismo voltado à lavoura sob a forma de uma taxa aduaneira de 50% sobre a importação de alguns bens agrícolas e industriais, o que irá intensificar o desenvolvimento desta atividade. (CANO, 1977, p. 61).

A vinda de imigrantes japoneses para a região foi fundamental para as atividades hortigranjeiras e frutíferas, desenvolvidas principalmente em pequenas propriedades. (CANO, 1977, p. 63).

Na segunda metade da década de 10 o Brasil já era praticamente auto-suficiente na produção dos componentes agrícolas básicos da cesta de consumo popular, excluindo-se o trigo. (AURELIANO, 1981, p. 23).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Estado de São Paulo supriu com seus produtos industriais e agrícolas diferentes Estados brasileiros, sendo o maior beneficiário internamente do primeiro conflito mundial. (NEGRI, 1996, p.33).

O censo agrícola de 1920 mostrou que São Paulo possuía a maior e mais avançada agricultura no Brasil. Sua lavoura, excluindo-se a produção de café, era responsável por aproximadamente 30% da área cultivada nacionalmente e responsável por 25% da produção agropecuária total. (NEGRI, 1996, p.33).

A produção paulista de algodão na década de 20 conseguia suprir em 70% a demanda da indústria têxtil estadual. (CANO, 1977, p. 66).

A agricultura, exclusive café, alcança a sua independência da lavoura cafeeira com a intensificação do processo de urbanização e a expansão demográfica. A diversificação agrícola foi de fundamental importância para a manutenção da força de trabalho industrial.

A tabela abaixo apresenta a evolução da produção dos principais produtos agrícolas e agroindústrias no Estado de São Paulo durante o período de 1900 à 1930.

TABELA 5 - EXPANSÃO DE PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS AGRICOLAS E AGRO-INDUSTRIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO (1000 TONELADAS)

Médias anuais	Açúcar	Alfafa	Algodão Pluma	Arroz c/ casca	Batata Inglesa
1901 a 1903	13,8	...	1,8	28,8	...
1904 a 1906	15,9	...	2,8	60,2	...
1907 a 1909	4,3
1910 a 1912	24,8	...	5,8	107,1	...
1913 a 1915	27,8	...	6,2	72,3	33,1
1916 a 1918	29,4	...	10,8	152,1	...
1919 a 1921	31,8	...	30,7	275,0	40,7
1922 a 1924	33,8	...	17,4	173,3	...
1925 a 1927	30,6	...	17,3	267,3	66,1
1928 a 1930	69,8	17,3	6,1	345,9	65,8

Médias anuais	Farinha e Mandioca	Feijão	Milho	Vinho (1000 000 L)
1901 a 1903	...	41,6	422,6	0,5
1904 a 1906	...	83,1	478,2	1,3
1907 a 1909
1910 a 1912	...	97,5	619,6	1,5
1913 a 1915	...	112,8	595,8	1,7
1916 a 1918	...	177,8	733,4	...
1919 a 1921	...	212,5	1009,3	1,6
1922 a 1924	...	78,9	788,0	2,3
1925 a 1927	41,5	194,7	981,8	2,8
1928 a 1930	60,1	217,7	950,6	3,3

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (vários anos); Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (vários anos); Boletim da diretoria de Ind. e Comércio de São Paulo (vários anos; relatório do Ministério da Agric. Ind. e Comércio (vários anos); para algodão: Stantey J. Stein; The Brazilian Cotton Manufacture, pág. 197. *Apud*: CANO, 1977

NOTA: Organizada pelo autor.

4 A SUBORDINAÇÃO DA INDÚSTRIA AO CAPITAL CAFEIEIRO

Durante a República Velha, quando se forma a primeira fase de industrialização brasileira. O capital industrial é subordinado ao capital cafeeiro.

O desenvolvimento da indústria até o final da década de vinte esteve atrelado ao desempenho do setor primário-exportador, mais especificamente ao desempenho da economia cafeeira.

O capital acumulado dentro do complexo exportador, em parte transformou-se em capital industrial. Essa transformação foi viabilizada graças ao desenvolvimento do conjunto de atividades componentes do complexo cafeeiro.

A cultura do café necessitava de intensivos investimentos apenas no primeiro ano devido ao desbravamento das matas e plantação de mudas. Do quinto ao décimo terceiro ano os fazendeiros acumulavam lucros que não eram totalmente reinvestidos em novas plantações. (DEAN, 1971. p. 45).

Ao gerar o capital-dinheiro, a economia monetária, o café mudou a realidade da economia nacional. Através de divisas oriundas da sua comercialização sustentou-se a capacidade para importar alimentos, máquinas e equipamentos necessários à manutenção da mão-de-obra e expansão da produção.

“O próprio complexo cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela da força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção de alimentos e manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial.” (MELLO, 1982, p.147)

A burguesia industrial brasileira descendeu em parte da própria burguesia cafeeira. O capital industrial nasceu de um desdobramento do capital cafeeiro que foi

empregado em diferentes setores, tanto ligados diretamente à produção quanto na formação de atividades tipicamente urbanas.

Segundo TAVARES (1986, p.97), o capital cafeeiro desempenhou diferentes papéis ao longo de sua expansão. Diferenciando-se entre capital urbano, rural, financeiro e industrial. Apoiada na urbanização, promovida pelo complexo cafeeiro, que se desenvolve a indústria maquinizada no Brasil.

A partir da década de 1870, quando a produção brasileira já ultrapassava cinco milhões de sacas anuais, o café torna-se o motor da economia nacional. (SILVA, 1980, p.49).

Segundo AURELIANO (1981, p.11), a economia cafeeira constitui a primeira fase do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, e o surgimento da indústria nacional é impulsionado pelo seu processo de acumulação.

Assim é dentro deste setor primário-exportador que se constituem as bases para a transição capitalista sob a ótica do capital industrial.

“Havia um vazamento de capital monetário do complexo exportador cafeeiro porque a acumulação financeira, sobrepassava as possibilidades de acumulação produtiva. Bastava, portanto, que os projetos industriais assegurassem uma rentabilidade positiva, garantindo a reprodução global dos lucros para que se transformassem em decisão de investir.” (MELLO, 1982, p.144)

Os estímulos que o café proporcionou à indústria não se limitam apenas a encadeamentos para frente, entendidos principalmente pela construção de amplo mercado interno para os bens industriais. Os encadeamentos para trás, como o desenvolvimento da infra-estrutura, também foram significativos para o início da industrialização paulista. (CANO, 1977, p.18).

Os próprios fazendeiros investiram parte de seus lucros diretamente em atividades industriais ou indiretamente através do sistema financeiro. Além dos próprios

fazendeiros os comerciantes, imigrantes e outros agentes do complexo cafeeiro também se transformaram em industriais através da renda acumulada com a atividade básica do complexo, a produção de café.

“Os investimentos feitos diretamente por fazendeiros de café foram responsáveis por 46%, representados pela maior indústria mecânica e pela segunda mais importante fábrica têxtil de São Paulo”. (CANO, 1977, p.147).

Os salários pagos pela indústria eram estabelecidos pelo café porque este era o principal setor e empregador da economia. Os baixos níveis salariais resultaram da abundância de mão-de-obra imigrante, que além de atender a demanda da lavoura ainda depositou nas cidades a mão-de-obra necessária à expansão da produção industrial.

O mercado consumidor e o mercado de trabalho assalariado, dois fatores de fundamental importância para a viabilização da indústria, se desenvolvem dependentes do processo de expansão da economia cafeeira.

“O surto de café, forneceu o mercado inicial para os primeiros fabricantes paulistas”. (DEAN, 1971, p.20).

A subordinação da indústria ao café ocorre, portanto, devida a diferentes fatores. Primeiramente pela procedência de seu capital. Em segundo lugar pela precoce produção de bens necessários à viabilização da lavoura, que através de seus lucros possibilita a importação de máquinas e equipamentos e também a demanda para sua utilização. A geração do mercado interno urbano para os produtos industriais, ocorre devido à expansão cafeeira. E, finalmente a indústria se beneficia do mercado interno de mão-de-obra assalariada, criado e patrocinado inicialmente pela economia cafeeira. (NEGRI, 1996, p.28).

A indústria brasileira, mais intensivamente no Estado de São Paulo, inicia-se baseada no processo de expansão do conjunto de atividades desenvolvidas ao redor da produção de café e da interdependência entre elas.

“É na região do café que as relações capitalistas se desenvolvem mais intensamente, e nesta mesma região se concentrará a maior parte da indústria nascente brasileira.” (SILVA, 1980, p.17)

Segundo NEGRI, (1996) durante a década de 20 se define a liderança nacional de São Paulo, o maior produtor brasileiro de café se torna o maior Estado industrial brasileiro.

5 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ATÉ 1930

Baseada na produção de bens de consumo não duráveis a indústria que se desenvolve no Brasil até o final da Primeira República é apenas uma indústria de bens salários.

A indústria nascente, neste período, depende do desempenho da atividade primário exportadora, seu capital e seu mercado para se desenvolver.

Em 1907 realiza-se o primeiro censo industrial no Brasil, sendo encontrados 3.258 estabelecimentos industriais com mão-de-obra empregada no montante de 150.841 trabalhadores. Sua distribuição no território nacional era de 33% localizados no Distrito Federal (atual Estado do Rio de Janeiro), 16% em São Paulo e 15% no Rio Grande do Sul, os demais Estados brasileiros não alcançavam a cifra de 5% da produção industrial nacional. (PRADO, 1982, p. 169).

O Estado brasileiro que mais se destacou no desenvolvimento industrial foi, sem sombra à dúvida, o Estado de São Paulo que em poucos anos se torna o maior Estado industrial brasileiro.

A produção industrial brasileira era composta em sua grande maioria por produtos não duráveis, bens de consumo. A tabela abaixo composta pelos dados do recenseamento de 1920 apresenta a estrutura da indústria brasileira da época, composta em mais de 85% pela produção de bens de consumo não duráveis.

TABELA 6 - VALOR DA PRODUÇÃO POR RAMOS % DA INDÚSTRIA, 1920

Grupo I	%	Grupo II	%
- Têxtil	27,0	Materiais não metálicos	2,7
Roupas e calçados	8,2	- Metalurgia	3,4
- Produtos alimentares	32,9	Mecânica	0,1
Bebidas	4,7	Material de transporte	1,3
Fumo	3,6	Química e farmácia	5,7
Madeira	4,3	Borracha	0,1
Couros e pele	2,5	Papel e Papelão	1,3
Mobiliário	1,4		
Edição e diversos	0,8		
Total	85,4	Total	14,6

FONTE: Recenseamento de 1920. Tabela organizada por J.M. Martin, *Processus d'industrialisation et développement énergétique au Brésil*, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris, 1966. Cf. p.75. *Apud*: SILVA, 1980

Analisando os dados da tabela acima vemos que a indústria brasileira em 1920 já produzia uma ampla série de bens, incluindo até mesmo produtos químicos, metalurgia e transportes. Porém mais de 50% da produção nacional era formada pelos setores de tecidos e produtos alimentares, confirmando o grande peso dos produtos de bens de consumo assalariado nos primórdios da industrialização nacional.

Até o final da década de 20 a indústria de bens de consumo assalariado já estava inteiramente implantada sendo responsável pelo atendimento da demanda nacional. (AURELIANO, 1981, p.39).

5.1 CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.

A industrialização de São Paulo dependeu no princípio da procura derivada do crescente mercado estrangeiro do café. (DEAN, 1971, p.9)

A superioridade da indústria em São Paulo começa a se estabelecer em 1905, ganha impulso entre 1907 e 1913 e consolida-se durante a Primeira Guerra Mundial. Suas raízes encontram-se no maior dinamismo da lavoura cafeeira, desenvolvimento agrícola e amplo mercado interno. (AURELIANO, 1981, p.32).

A indústria paulista consolida a sua posição hegemônica na década de 20, devido principalmente ao seu precoce mercado interno, desenvolvido pela cultura cafeeira. Outro fator fundamental para o desenvolvimento da indústria paulista está em seu desempenho durante a Primeira Guerra Mundial, quando supriu com produtos agrícolas e industrias diferentes mercados no Brasil e exterior. A África do Sul e Argentina foram abastecidas por tecidos paulistas enquanto durou a guerra.(DEAN, 1971, p. 105).

Os gastos com a implementação de indústrias em São Paulo foram reduzidos devido à infra-estrutura e o amplo mercado interno criados precocemente pelo dinamismo de sua economia cafeeira. As primeiras fábricas foram beneficiadas pelas transformações econômicas e sociais financiadas pelo café.

Segundo CANO (1977, p. 259), a expansão industrial em São Paulo ocorreu devido ao dinamismo de sua própria economia.

Entre 1907 e 1920 a indústria paulista cresceu 8,5 vezes enquanto o restante da indústria nacional cresceu apenas 3,5 vezes. Assim a participação da indústria paulista passou de 15,9% para 31,5% do total da indústria brasileira. (CANO, 1977 p. 277).

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1907 – 1928

Anos	Número de Estabelecimentos	Número de Operários	V.P de SP V.P do Brasil
1907	327	24.686	15,9%
1919	4.112	80.782	31,9%
1928	9.603	158.746	37,1%

FONTE: Censo Industrial de 1907; IBGE – Censo Industrial de 1920; Deic – Estatística industrial de São Paulo, 1928; CANO, W. (1981) Tabela 29, p. 241. *Apud*: NEGRI, 1996

Na década de 20 ocorre uma nova expansão da indústria paulista através da implementação de um precoce departamento de bens de produção e diversificação na produção de bens de consumo. Nesta década a indústria paulista cresceu a uma média anual de 6,6% enquanto o restante da indústria nacional apresentou taxa de crescimento anual de apenas 3,4%.(CANO, 1977, p. 254)

Segundo DEAN (1971, p. 16) em 1920 a indústria de São Paulo consolida-se como principal pólo industrial brasileiro, apesar de ainda em fase rudimentar a indústria paulista já produzia uma ampla variedade de bens como, por exemplo, tijolos, cerâmica, vidros, bebidas, doces, madeiras, pregos, tecidos, móveis e chapéus. Como mostra a tabela abaixo.

TABELA 8 – ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907 – 1928

GRUPOS E RAMOS DE INDUSTRIAS	Pessoal Ocupado			Valor da produção		
	1907	1919	1928	1907	1919	1928
I. PREDOMINATEMENTE PRODUTOS DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	75,7	70,5	70,5	77,7	77,6	77,0
1. Têxtil	42,2	41,7	42,6	38,7	29,1	29,0
2. Vest. Calçados e artigos de tecido	15,2	12,1	8,4	10,7	9,5	13,3
3. Alimentos	11,6	8,8	9,1	19,4	31,4	20,5
4. Outros	6,7	7,9	10,4	8,9	7,6	14,2
II. PREDOMINATEMENTE PRODUTOS DE BENS INTERMEDIÁRIOS	22,8	26,9	20,7	20,8	19,6	20,2
1. Química	4,4	3,0	2,5	3,3	4,7	7,1
2. Minerais não metálicos	7,4	12,2	6,0	6,2	4,1	2,2
3. Metalurgia	8,5	6,0	4,8	6,7	4,4	3,3
4. Outros	2,5	5,9	7,4	4,6	6,4	7,6
III. PREDOMINATEMENTE PRODUTOS DE BENS DE CAPITAL E CONSUMO DURÁVEL	1,5	2,6	8,8	1,5	2,8	2,7
1. Mecânica	-	-	3,8	-	-	1,2
2. Material de Transportes	0,9	1,3	3,1	0,6	2,2	1,1
3. Material Elétrico	-	-	0,5	-	-	0,2
4. Outros	0,6	1,3	1,4	0,9	0,6	0,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: Censo Industrial de 1907; IBGE – Censo Industrial de 1920; Deic – Saic/SP – Estatística Industrial de São Paulo, 1928 e 1932. *Apud*: CANO, 1977

São Paulo nos anos anteriores à 1906 era um mercado consumidor à disposição do Rio de Janeiro (Capital), entre 1906 e 1914 torna-se independente à ele e após 1914 passa a invadir o mercado interno na Capital. (DEAN, 1971, p. 106).

O regime federalista que se consolidou na Primeira República permitiu a São Paulo a concentração de uma ampla receita de exportações proporcionada pela cultura cafeeira. Esta receita fez ele se distanciar dos demais Estados da federação. (ANDRADE, 1998, p. 108).

Com a exploração do regime federalista da Primeira República o Estado de São Paulo pode manter internamente a renda gerada pela cultura cafeeira e desfrutar do dinamismo econômico gerado por essa atividade.

“A província de São Paulo, território marginalizado, privado de vias de comunicação, exceto as antigas trilhas dos bandeirantes, e com uma escassa população economicamente ativa empenhada em plantações de açúcar pouco competitivas em relação ao norte, torna-se em poucas décadas, o centro dinâmico da economia brasileira, e o ritmo desta ascensão é dado pela expansão da fronteira do café. (VANGELISTA, 1991, p.22)

6 CONCLUSÃO

A produção de café, principal atividade econômica exercida pelo Brasil durante a Primeira República, conseguiu gerar ao seu redor um conjunto de atividades denominadas de complexo cafeeiro. O desenvolvimento mútuo dessas atividades influenciou positivamente o surgimento da indústria nacional.

Entre as atividades mais dinâmicas que se desenvolveram através de investimentos realizados com o capital acumulado dentro do setor primário-exportador, destacam-se a rede ferroviária, a implementação do trabalho assalariado e a diversificação agrícola. Todas de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria no Brasil.

Apoiada na diversificação de atividades ocorridas para dar continuidade ao processo de acumulação cafeeira, e também como alternativas de investimento fora da lavoura, a indústria nacional começa a se desenvolver, crescendo mais rapidamente na chamada região cafeeira.

O Estado de São Paulo, maior produtor interno de café, conseguiu se beneficiar do dinamismo econômico gerado por esta cultura e seus abundantes lucros. Com o regime federativo da Primeira República o Estado paulista pôde manter internamente a renda gerada por sua lavoura e transformá-la em investimentos industriais.

A posição hegemônica ocupada por São Paulo dentro da economia nacional, possui as suas raízes na economia cafeeira, que apresentou maior dinamismo nesta região.

Na década de 20 São Paulo já possuía a maior concentração industrial dentro do território nacional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **As raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1998.
- AURELIANO, L. **No Limiar da Industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOIANOVSKY, M. A expansão cafeeira e o movimento imigratório (1880-1930). In: Instituto Brasileiro do Café. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1978.
- CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Difel, 19--.
- DELFIN, A. **O Problema do Café no Brasil**. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 1966.
- FAUSTO, B. Expansão do Café e Política Cafeeira. In: FAUSTO, B. **O Brasil Republicano**. 1.Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). 4. ed. São Paulo: Difel. 1985.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976
- LIMA, L.J; COSTA, I.D.N; LUNA. F.V. **Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil**. Volume 1. São Paulo. [s.n]. [19--]
- MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)**. São Paulo: Unicamp, 1996.
- PESSAMILIO, H.M.R. A Dinâmica Social do Café. In: Instituto Brasileiro do Café. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1978.
- PRADO, C. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981
- SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 3. reimpressão. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- SUZIGAN, W. **A Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M.C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1986.

VANGELISTA, C. **Os Braços da Lavoura**. São Paulo: Hucetec, 1991

VERSIANI, R.F. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA. S.S; Szmrecsámyi. T. **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 1996.